

Grupo de Trabalho Local sobre Avaliação da Aprendizagem do IFPR *Campus* União da Vitória.

Presidente: Andrea Daniele Muller Mariano – andrea.muller@ifpr.edu.br

Membro: Rosana Maria Frey – rosana.frey@ifpr.edu.br

Membro: Eduardo Ramos Coimbra de Souza – eduardo.ramos@ifpr.edu.br

Membro: Mara Regina Gregorio Kusma – mara.kusma@ifpr.edu.br

Membro: Gicielen Beatriz Retcheski – gicielen.recheski@ifpr.edu.br

Membro: Douglas Lusa Krug – douglas.krug@ifpr.edu.br

1) Como tem sido a prática de avaliação desenvolvida em nosso campus?

A prática de avaliação em nosso *campus* está sendo por meio de conceitos, sendo que este processo ainda gera muitas dúvidas, tanto do aluno, quanto do professor. Os critérios são fundamentais para a delimitação que o professor pretende nos seus instrumentos avaliativos. Consideramos que esse tipo de avaliação é mais abrangente, que contempla o processo ensino-aprendizagem de maneira mais global. É importante salientar que embora cada professor estabeleça seus próprios critérios, conforme as especificidades de cada disciplina, observou-se que no conselho de classe os conceitos finais atribuídos aos alunos foram consonantes, o que demonstrou um amadurecimento e sintonia da equipe docente na prática de avaliação por conceito.

Em termos de instrumentos avaliativos, prevalece o uso de provas.

Busca-se dar centralidade ao conhecimento como norteador do processo avaliativo. Nas práticas avaliativas alguns docentes ainda consideram outros elementos que determinam o conceito, como por exemplo: a participação em sala de aula, práticas de laboratórios, comportamento, etc. Quanto a esse aspecto discutiu-se também que estes elementos não poderiam ser considerados como critérios avaliativos, mas como condicionantes do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda temos fragilidades em trabalhar da forma mais adequada no que diz respeito a utilização de conceitos, tendo em vista que o tempo para planejamento coletivo e manutenção de ensino é pequeno diante da possibilidade de um processo avaliativo que considere todos os aspectos do contexto dos estudantes. Outro fator é o número de alunos por turma que é elevado e prejudica a intervenção pedagógica qualitativa nas mais diversas situações.

Não há padrões ou métricas, pois os conceitos partem de uma perspectiva subjetiva do próprio docente, cada um tem a liberdade de definir seus critérios. Entretanto, os alunos não possuem um padrão de conferência para compreender seu desempenho, principalmente, ao comparar disciplinas. O conceito não possibilita

avaliações intermediárias aos próprios conceitos, por exemplo, um aluno que nada produziu recebe D, assim como um aluno que quase chegou ao desempenho C. Faltam parâmetros para formular o conceito final, pois se espera que o docente leve em consideração um contexto individual, sendo que leciona para turmas com 40 alunos. O ideal para o conhecimento desse contexto seriam turmas com um número muito inferior à realidade das salas de aula.

2) As práticas de avaliação que desenvolvemos são coerentes com a educação profissional e tecnológica inclusiva, transformadora e de qualidade pretendida pelo IFPR?

Diante do contexto, acreditamos que estamos trabalhando de forma para atingir uma educação profissional e tecnológica inclusiva, transformadora e de qualidade.

Consideramos que as práticas de avaliação que desenvolvemos são coerentes com a educação pretendida pelo IFPR, pois abrange a formação humana, técnica e tecnológica, permitindo a diversificação de instrumentos avaliativos. No entanto, acredita-se que a dimensão inclusiva precisa ser mais compreendida e adequada as necessidades de cada aluno, sobretudo aqueles com necessidades especiais, que se constituem para os professores e para a Instituição como um desafio tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto no processo avaliativo.

No que se refere a inclusão, é coerente. Há várias diversificações de instrumentos avaliativos, mais adaptada ao aluno com mais dificuldades, diferenciada, há flexibilidade de horários de atendimento e maneiras de avaliar. O instrumento avaliativo não pode ser colocado como transformador, mas o processo sim. A análise do instrumento avaliativo pode ser transformadora, e não necessariamente a avaliação.

Considerando que os resultados da avaliação por conceito são subjetivos, como relatado na resposta à questão 1, fica difícil pensar em coerência. A avaliação chega a ser coerente no âmbito inclusivo, mas não com a qualidade pretendida e coerente com as exigências do mercado de trabalho.

3) Quais temas, princípios ou procedimentos, abordados na minuta de resolução o grupo considera que podem ser atacados como consenso?

Com exceção dos pontos levantados na questão 4, os demais consideramos como consenso.

4) Quais temas, princípios ou procedimentos abordados na minuta de resolução o grupo considera como pontos polêmicos, problemáticos ou delicados e que necessitariam de discussões mais aprofundadas?

Art. 3º, parágrafo 2º há um consenso, no entanto para um planejamento anual

nem sempre é possível subsidia-lo a partir da avaliação, visto que muitas vezes, com base nesta, há necessidade de mudanças no próprio planejamento. Consideramos que esse tema necessita de uma discussão mais aprofundada.

Art. 4º, incisos 9 e 11: consideramos estes princípios de avaliação coerentes e muito importantes, contudo, verifica-se que na prática pedagógica dos docentes a incorporação dos mesmos fica prejudicada devido a dinâmica de trabalho do campus, tempo insuficiente para manutenção de ensino, entre outros.

Art. 5º, itens II e IV. As turmas são muito grandes e é impossível tal conhecimento individualizado. Os alunos, nem sempre, possuem maturidade para realizarem sua autoavaliação.

Art. 7º Sobre os critérios de avaliação: não houve consenso entre os integrantes do grupo, ocorrendo polêmica sobre a ideia de revisar continuamente o plano de ensino. Acreditamos que não é possível discriminar todos os critérios de avaliação no Plano de Ensino, uma vez que cada instrumento de avaliação gera critérios específicos, consoantes a cada instrumento. Portanto, acreditamos que o parágrafo citado é desnecessário.

Art. 10º Sobre o atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação: consideramos um ponto delicado, devido as condições de atendimento do campus, como a falta de uma equipe multidisciplinar, número excessivo de alunos por turma, falta de materiais e recursos didáticos adequados, falta de formação continuada aos servidores, tempo insuficiente para planejamento e manutenção de ensino, entre outros.

Ressaltamos que a orientação para que uma equipe multidisciplinar assessore os professores na formulação de um Plano de Ensino Especializado é um ponto problemático, pois, atualmente, o nosso campus não possui uma equipe multidisciplinar para realizar tal tarefa. Um componente do grupo sugere que o formato bimestral seja modificado para o formato semestral, uma vez que esse formato possibilitaria ao professor organizar melhor as avaliações e, no primeiro semestre, teria mais tempo para conhecer as turmas.

Art. 12º Sobre o papel do conselho de classe: acreditamos que há coerência no texto da minuta, contudo, entendemos que é um ponto polêmico no campus, tendo em vista que não é consenso do coletivo sobre esse papel.

Quanto as etapas do conselho de classe, concordamos com o texto, contudo consideramos que é um ponto delicado devido as condições inadequadas de trabalho no campus, tendo em vista que seção pedagógica não conta com uma equipe multidisciplinar formada e possui apenas dois servidores (pedagogo e assistente de alunos), com sobrecarga de atividades.

Art. 13º Discordamos por apresentar apenas três possíveis conceitos: A, AP E NA. O conceito “C” é importante, pois ele prevê níveis aceitáveis de aprendizagem que não seriam o AP.

Art. 15º Sobre a progressão parcial: concordamos com o texto da minuta, contudo reforçamos que as condições de trabalho e organização pedagógica do

campus precisam ser favoráveis, como por exemplo: número de docentes (tendo em vista o aumento do número de aulas no caso de turmas especiais), espaço físico adequado, ampliação do número de servidores da seção pedagógica, etc.

5) Que sugestões o grupo tem a apresentar para o processo de discussão da avaliação da aprendizagem do IFPR?

Momentos de discussão para avaliação do PROEJA, tendo em vista as peculiaridades desses alunos, o que tornaria diferente o processo avaliativo.

Adotar critérios mais objetivos para a avaliação dos alunos.